

- b) O não cumprimento do disposto no artigo 85.º;
c) A violação do disposto no artigo 87.º

4 — Os titulares de jazigos, sepulturas e ossários ficam sujeitos a contra-ordenação punível com coima mínima de 249,40 euros e máxima 748,20 euros:

- a) Quando efectuem ou tenham efectuado, sem licença, qualquer obra da mesma carecida, ou que esteja em desconformidade com o respectivo projecto aprovado;
b) Quando não cumpram qualquer intimação relativa às obras particulares executadas ou em execução;
c) Quando tenham aplicado materiais de má qualidade ou usado de processos defeituosos de construção;
d) Quando, sem justificação aceite se verifique que executam, com demora notória, obra de que estão incumbidos ou que a mesma se encontra paralisada por mais de 30 dias consecutivos;
e) Quando mantiverem os arruamentos ou acessos peçados de materiais, terras, ferramentas, ou quaisquer outros pertences, que impeçam a livre passagem de pessoas e viaturas;
f) Quando se demonstre que, directa ou indirectamente, diligenciem angariar, dentro dos cemitérios, a encomenda de trabalhos;
g) Quando incumbirem ao pessoal do cemitério quaisquer serviços das suas atribuições;
h) Quando se verifique o consumo não autorizado de água ou de energia eléctrica.

3 — Será punido com coima no valor de oito vezes o Salário Mínimo Nacional da Indústria e Serviços, o concessionário que receber quaisquer importâncias pelo depósito de corpos, ossadas ou cinzas no seu jazigo.

4 — As infracções ao presente Regulamento, para as quais não tenham sido previstas penalidades especiais serão punidas com a coima de 500 euros.

5 — A negligência e a tentativa são puníveis.

Artigo 99.º

Sanções acessórias

1 — Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente, são aplicáveis, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias:

- a) Perda de objectos pertencentes ao agente;
b) Interdição do exercício de profissões ou actividades cujo exercício dependa de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública;
c) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
d) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

2 — É dada publicidade à decisão que aplicar uma coima a uma agência funerária.

CAPÍTULO XVIII

Disposições finais

Artigo 100.º

Modificações

As modificações que de futuro se fizerem sobre a matéria contida neste regulamento, serão consideradas como fazendo parte dele no lugar próprio, devendo essas modificações ser sempre efectuadas por meio de substituição dos artigos alterados, supressão dos artigos inúteis ou pelo aditamento dos que forem necessários.

Artigo 101.º

Omissões

As situações não contempladas no presente Regulamento serão resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Artigo 102.º

Norma revogatória

É revogado o Regulamento aprovado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada em 26 de Junho de 1969, bem como todas as disposi-

ções regulamentares sobre a matéria à data existentes, que contrariem o quadro legal actualmente em vigor.

Artigo 103.º

Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação, nos termos gerais.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO

Aviso (extracto) n.º 1804-AA/2007

Revisão do Plano Director Municipal de Portimão

Nos termos do artigo 74.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, faz-se saber que a Câmara Municipal de Portimão deliberou na reunião de 3 de Janeiro de 2007, iniciar o processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM), abrangendo a área territorial do concelho de Portimão.

A revisão do PDM tem em vista a prossecução dos objectivos determinados no documento de enquadramento à decisão da Revisão do PDM aprovado na reunião, de 3 de Janeiro de 2007.

Nos termos do artigo 77.º, n.º 2 do citado diploma legal, torna-se também público que, considerando o direito à participação dos interessados, podem ser formuladas sugestões, bem como apresentadas informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração, dentro do prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso, as quais deverão ser dirigidas a:

Presidente da Câmara Municipal de Portimão:

Rua do Oceano Atlântico, Lote 15, Quinta das Parreiras — 8500-823, Portimão.

O prazo de elaboração da revisão do Plano Director Municipal é de 12 meses, contados a partir do final do prazo para formular sugestões e apresentar informações.

E para constar mandei publicar este aviso e outros de igual teor nos locais habituais, no *Diário da República* e ainda em dois jornais de expansão local e num de expansão nacional, conforme dispõe o artigo 77.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/03, de 10 de Dezembro.

9 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

Aviso n.º 1804-AB/2007

Contrato administrativo de provimento

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara, de 6 de Dezembro de 2006, foi celebrado contrato administrativo de provimento com a candidata aprovada em 1.º lugar no concurso externo de ingresso, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, Parte Especial, n.º 128, de 5 de Julho de 2006, Maria Manuela Nico Alabaça Frade, estagiária da carreira técnica superior, com licenciatura em Matemática, com duração de um ano, prorrogável até limite estabelecido por lei. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo Falamino Barroso*.

Aviso n.º 1804-AC/2007

Contrato administrativo de provimento

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que por despachos do presidente da Câmara, de 6 e de 18 de Dezembro de 2006,